



ENCHENTES, SANEAMENTO E A SELETIVIDADE DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO DE PORTO ALEGRE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

EIXO TEMÁTICO: DISPUTAS DO/PELO PROGRESSO E DO/PELO MODERNO

KRAUSE, Cleandro

Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ); Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
e-mail cleandrokrause@gmail.com

RESUMO

A cidade de Porto Alegre teve, na primeira metade do século XX, uma longa continuidade administrativa, durante a qual vários problemas urbanos foram formulados pelo poder público, justificando diferentes dotações de melhoramentos urbanos, que, somadas à diferenciação socioespacial crescente, resultaram em uma estruturação parcial e seletiva do espaço intraurbano. Neste trabalho, analisa-se o caso do “problema do saneamento”, que teve diferentes tratamentos conforme os julgamentos que foram aplicados aos moradores e demais atores presentes em porções destacadas da cidade, correspondentes a duas frações da classe trabalhadora moradora de áreas inundáveis: a primeira delas, ao norte do centro, de operários das indústrias conforme idealizados pelo projeto político vigente; a segunda, ao sul, de pobres aos quais se associavam insalubridade, mortalidade, promiscuidade e imoralidade. Sob o pretexto de combater as enchentes, os gestores públicos e os primeiros urbanistas compartilharam discursos e práticas sobre o saneamento e seus públicos-alvo, de modos distintos, conforme a inserção dos últimos nas diferentes frações da classe trabalhadora, com consequências duradouras para sua localização dentro da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: enchentes; saneamento; melhoramentos urbanos; urbanismo; Porto Alegre

ABSTRACT

The city of Porto Alegre (Brazil) had, in the first half of the 20th century, a long administrative continuity, during which several urban problems were formulated, justifying different allocations of urban improvements, which, along with a growing socio-spatial differentiation, resulted in a partial and selective structuring of its intra-urban space. In this work, the case of the “sanitation problem” is analyzed, which had different treatments according to the judgments that were applied to residents and other actors present in selected portions of the urban space, corresponding to two fractions of the working class living in floodable areas: the first of them, to the north of the city center, of industrial workers as idealized by the dominant political project; the second, south of the center, of poor people who were associated with unhealthy conditions, mortality, promiscuity and immorality. Under the pretext of combating floods, mayors and the first urban planners shared discourses and practices about sanitation and its target publics, in different ways, according to their insertion in different fractions of the working class, with lasting consequences for their location within the city.

KEY-WORDS: *floods; sanitation; urban improvements; urbanism; Porto Alegre*

RESUMEN

La ciudad de Porto Alegre (Brasil) tuvo, en la primera mitad del siglo XX, una larga continuidad administrativa, durante la cual se formularon varios problemas urbanos, justificando diferentes asignaciones de mejoras urbanas, lo que, sumado a la creciente diferenciación socioespacial, generó una estructuración parcial y selectiva del espacio intraurbano. En este trabajo se analiza el caso del “problema del saneamiento”, que tuvo diferentes tratamientos según los juicios que se aplicaron a los residentes y otros actores presentes en sectores destacados de la ciudad, correspondientes a dos fracciones de la clase trabajadora que vivían en zonas inundables: la primera, al norte del centro, de trabajadores industriales idealizados por el proyecto político entonces en vigor; la segunda, al sur, de pobres a los cuales se asociaban insalubridad, mortalidad, promiscuidad e inmoralidad. Con el pretexto de combatir las inundaciones, los gestores públicos y los primeros urbanistas compartieron discursos y prácticas sobre el saneamiento y sus públicos destinatarios, de diferentes maneras, dependiendo de la inserción de estos últimos en diferentes fracciones de la clase trabajadora, con consecuencias duraderas para su ubicación en la ciudad.

PALABRAS CLAVE: *inundaciones; saneamiento; mejoras urbanas; urbanismo; Porto Alegre*

INTRODUÇÃO

As chuvas de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul levaram à maior enchente jamais registrada no Lago Guaíba. Drenando uma extensa bacia hidrográfica, as águas do Guaíba, se não chegaram a ultrapassar a cota máxima dos diques e das cortinas de concreto para a proteção de Porto Alegre, expuseram as falhas deste sistema, penetrando na cidade por comportas sem estanqueidade e por casas de bombas que não funcionaram. Ao longo do mês de maio, a cidade teve a maioria de seus acessos rodoviários comprometidos, assim como o aeroporto deixou de operar.

Constatou-se que a maior parte das áreas urbanas inundadas na Região Metropolitana de Porto Alegre é ocupada por moradores pobres. Contudo, um olhar mais detido, proporcionado pelo mapeamento da sobreposição da mancha de inundação com o rendimento nominal médio mensal por setor censitário, feito pelo Observatório das Metrôpoles, mostra que também foram atingidas áreas mais ricas de Porto Alegre, como os bairros Menino Deus e Praia de Belas, ao sul do centro da cidade (Núcleo Porto Alegre..., 2024). Ainda assim, os bairros populares ao norte, mais próximos ao Rio Gravataí, foram os primeiros e mais gravemente atingidos, enquanto no Menino Deus as falhas do sistema de proteção levaram mais tempo para se manifestar (Bairros Mais Pobres..., 2024). O estudo do Observatório das Metrôpoles ainda revela que as áreas que mais sofreram com as enchentes têm uma concentração expressiva de população negra, geralmente acima da média dos municípios – em Porto Alegre, é o caso dos bairros Humaitá, Sarandi e Rubem Berta, todos ao norte. Por outro lado, a menção à população negra não aparece no caso dos bairros ao sul, acima nomeados – mas nem sempre foi assim.

A enchente recente é o mote para buscar um novo recorte de uma pesquisa sobre os papéis da dotação de melhoramentos urbanos e do nascente urbanismo na estruturação intraurbana de Porto Alegre, na primeira metade do século XX¹. Neste recorte, evidencia-se que as

¹ Trata-se da tese de doutorado do autor, em Planejamento Urbano e Regional, orientada pela Professora Doutora Fania Fridman (Krause, 2019).

decisões do poder público local diferenciaram claramente as porções da cidade habitadas por moradores pobres, conforme suas características e localizações ao norte ou ao sul do centro da cidade, muito embora todos sofressem com as enchentes. Assim, as enchentes ocorridas naquele período, especialmente nos anos de 1928 e 1936, serviram para moldar diferentes respostas dadas pela intendência e, a partir de 1930, pela prefeitura municipal, aos problemas urbanos que envolviam aspectos do saneamento da cidade, em sentido amplo.

Neste trabalho, apresentaremos antecedentes da evolução urbana e da diferenciação socioespacial de Porto Alegre, com atenção para as áreas “litorâneas” ao norte e ao sul do centro da cidade, e para os diferentes interesses que se manifestaram sobre essas porções do espaço urbano que então se constituía. Esboça-se aí também a existência de processos sociais distintos entre o norte e o sul.

A seguir, caberá examinar, a partir de fontes oficiais, como os problemas urbanos correspondentes, envolvendo as enchentes e o saneamento, foram formulados pelo poder público, resultando em diferentes medidas para a (re)urbanização dessas áreas ao norte e ao sul, explicitando-se os julgamentos aplicados aos moradores e demais atores presentes nessas porções do espaço urbano. Evidencia-se também o momento em que entram em cena os primeiros urbanistas da cidade, formados na engenharia e paulatinamente incorporados à administração municipal. A partir daí, intendentes/prefeitos e urbanistas passarão a compartilhar discursos e práticas sobre o saneamento e seus públicos-alvo.

Nas considerações finais, caberá discutir um viés, consubstanciado em uma associação vigente entre precariedade da moradia dos mais pobres, insalubridade, mortalidade, promiscuidade e imoralidade, e suas consequências para o futuro das populações moradoras das áreas inundáveis de Porto Alegre.

ANTECEDENTES DA EVOLUÇÃO URBANA E DA DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL

Quem visitasse os “subúrbios de Porto Alegre” na segunda metade do século XIX, ao navegar pelo Guaíba em direção ao norte, acompanhando a costa, teria “ocasião de admirar uma longa

fileira de elegantes chácaras”; e atravessando o Riacho – curso d’água posteriormente renomeado Dilúvio –, rumo ao sul, veria que “a arquitetura e as plantações são o resultado da riqueza combinada com o bom gosto” (Mulhall, 1974, p. 58-61).

A homogeneidade entre as áreas dessas várzeas, respectivamente do Gravataí, ao norte, e do Riacho, ao sul, viria a ser quebrada. Uma leitura do levantamento sobre “construção e melhoramentos do município”, relativo aos ofícios e requerimentos à Câmara que fizeram menção a essas áreas, entre 1853 e o final do período imperial (Porto Alegre, 1996), permite-nos reunir indícios de que elas começaram a se diferenciar, na medida em que passaram a ganhar distintas significações econômicas para a cidade (figura 1). Foram encontrados 68 pedidos de aforamento ou aluguel de terrenos relativos à expansão litorânea ao norte (Caminho Novo, atual rua Voluntários da Pátria), em comparação com apenas dez para a expansão ao sul, junto ao Riacho e à Praia de Belas (figura 2). Enquanto os primeiros especificavam usos como estaleiros, trapiches, serrarias e depósitos, e mesmo “casa de máquinas”, “fundição” e “fábrica de cerveja”, os últimos tratavam mais frequentemente da doação de terrenos particulares para compor logradouros públicos.

Figura 1: Comparação da ocupação de trechos do litoral ao norte e ao sul da área central de Porto Alegre: vários trapiches e armazéns na rua Voluntários da Pátria, à esquerda, e um só trapiche isolado na Praia de Belas, à direita.



Fonte: Acervo do MPAJF / autor desconhecido, sem data.

O maior interesse pelo litoral norte era explicado pela proximidade à cidade e pelas condições naturais favoráveis à atividade portuária, que recebeu impulso com a imigração europeia nos vales dos tributários do Guaíba, pois esses rios “trazem naturalmente a produção e são as vias

(apesar das dificuldades de navegação) que em melhores condições respondem às necessidades de intercâmbio” (Souza; Müller, 1997, p. 59). A eles veio juntar-se a ferrovia que, a partir de 1874, ligou Porto Alegre às colônias no vale do rio dos Sinos.

Figura 2 – Planta da cidade em 1916: reorientada (norte para cima), com indicação de bairros e lugares, numeração e limites entre os distritos urbanos e principais vias radiais.



Fonte: IHGRS (2005), com intervenções nossas.

Por sua vez, as margens do Riacho e a Praia de Belas firmavam-se como área residencial ou abrigavam outros usos, haja vista um pedido à Câmara para fundar um estabelecimento para recolher e educar órfãos pobres, já em 1864 (Macedo, 1968).

É claro que a presença de alemães e seus descendentes em Porto Alegre dividia-se em burguesia e operariado, nas suas diferentes localizações (Cem Anos de Germanidade, 1999). Neste sentido, a criação do novo 4º Distrito de Navegantes e São João, pelo Ato nº 118, de 1915 (Porto Alegre, 1916), nada mais fez que confirmar e delimitar no espaço a diferenciação que já se observava entre as duas classes sociais.

A criação do novo 4º Distrito não foi, contudo, a primeira a confirmar a diferenciação de partes do território municipal. Em 1901, o Ato nº 33 anexara ao 3º Distrito a área correspondente ao bairro São João, incorporara aos seus limites áreas já arruadas e estendera-os até os limites da zona suburbana (Porto Alegre, 1908). As delimitações legais mostravam-se flexíveis, portanto, para separar áreas heterogêneas e para unificar áreas homogêneas. Por sua vez, o parcelamento do solo já apontava para uma diferenciação interna. É o caso, por exemplo, do loteamento Bela Vista, realizado pela Companhia Territorial Porto-Alegrense a partir de 1894, em área que corresponde àquele que viria a ser o 4º Distrito criado em 1915. Naquele loteamento, as áreas baixas, alagadiças e inundáveis, eram destinadas ao operariado, principalmente imigrantes, e os terrenos mais altos, separados dos primeiros pelas ruas Cristóvão Colombo e Benjamin Constant, visavam uma nascente classe média (Strohaecker, 2015).

A existência de um feixe viário regional ao longo do Guaíba, referendado pela ampliação do perímetro urbano ao norte, em 1892, seriam as características responsáveis pela inclusão de Porto Alegre, por Flávio Villaça, em sua lista de “metrópoles litorâneas” (Villaça, 2001, p. 131). E os novos loteamentos que logo seriam implantados, como o citado acima, se distinguem pelo pioneirismo, em Porto Alegre, dos parcelamentos de maior porte. Deixada a cargo de companhias privadas, surgidas em um contexto que propiciou a expansão e a diversificação de investimentos na cidade, no início do período republicano (Strohaecker, 2015), essa expansão urbana na Várzea do Gravataí foi “projetada por representantes das classes

dominantes” (Fortes, 2001, p. 5). Atendendo ao projeto de modernização do Partido Republicano Rio-Grandense, ao qual eram ligados os intendentos de Porto Alegre naquela longa continuidade administrativa (Bakos, 2013), o avanço da urbanização e da industrialização fariam com que Navegantes e São João viessem a apresentar, a partir de meados da década de 1920,

[...] um novo momento na configuração da classe trabalhadora na cidade, com um amplo predomínio do emprego fabril, uma mudança na escala quantitativa [...] e o desenvolvimento de formas de sociabilidade e estratégias socioeconômicas familiares bastante distintas [das que antes caracterizavam o operariado local] (Fortes, 2001, p. 1).

Se o desenvolvimento intraurbano de Porto Alegre rumo ao norte a levaria a ser, no futuro, uma “metrópole litorânea”, por que o mesmo não se daria em direção ao sul? A classe social cujo trabalho permitiria tal desenvolvimento se localizaria exclusivamente com proximidade às indústrias? Ou haveria outras localizações ocupadas por frações do proletariado menos valorizadas pelas representações de trabalhadores como postulantes às “classes conservadoras”, conforme idealizava a burguesia local?

Constatamos que as áreas litorâneas ao sul da cidade também foram objeto de algum interesse econômico. Na 15ª sessão ordinária do Conselho Municipal, em 10 de fevereiro de 1893, foi lido um requerimento “solicitando concessão para levar a efeito a construção de uma cidade nova no local ora ocupado pelo rio Guaíba”, o que exigiria a realização de aterros ao longo do litoral. Outro requerimento na mesma sessão também solicitava privilégios para realizar “melhoramentos no litoral da cidade”, pretendendo fazê-los “para uso e gozo de uma doca e cais [...], ficando pertencendo aos peticionários os terrenos acrescidos entre o cais e a atual margem do Guaíba”. A diferença entre os dois, portanto, estava na destinação urbana sugerida pelo primeiro, enquanto o último demonstrava interesse na atividade portuária (Porto Alegre, 1894, p. 55)².

² Souza (2010, p. 202) ainda faz referência ao “primeiro estudo para aproveitamento” da enseada da Praia de Belas por aterro, que “foi apresentado em 1894 por uma empresa holandesa e previa a construção de um dique”.

Contudo, a proposta de aterros para urbanização na Praia de Belas recebeu, no mesmo ano, um parecer do diretor da Secção de Engenharia da intendência, que já fazia uso das categorias haussmanianas de embelezamento, saneamento e circulação, porém, no sentido de *desaprovar* os melhoramentos pretendidos. Tanto eles não prosperaram que a “vocaçãõ” da área da Praia de Belas permaneceria indefinida por quatro décadas. Em 1931, o Plano Geral de Viação do Estado, prevendo a ampliação do porto em trechos que incluíam a Praia de Belas, ainda recomendava “que não se deverá precipitar a [sua]destinação [...] a fins urbanos” (Rio Grande do Sul, 1931, p. 9).

Também é preciso considerar que o desenvolvimento urbano e industrial de Navegantes e São João era bastante distinto do de outros processos sociais contemporâneos, em que embriões de outros bairros “se originaram da sociedade escravista e da exclusão racial que se manteve após a abolição” (Fortes, 2001, p. 5). Trata-se de um momento em que se aguçaria a competição por localização, intensificada pelas crescentes restrições aos cortiços na área central, por exemplo. Conforme Villaça, ao perderem a proximidade ao centro,

[...] as camadas populares disputam a proximidade às zonas industriais e, nessa disputa, novamente há vencedores e derrotados. Os primeiros são aqueles que conseguem morar [...] perto das zonas industriais [e] com emprego formal na indústria [...] Finalmente, há os derrotados, aqueles que são obrigados a sobreviver nas inúmeras formas de subemprego e emprego informal [...] Eles ocupam a região mais desvantajosa da cidade, longe do emprego industrial e longe da principal concentração de empregos formais e informais do terciário – o centro principal –, apesar de muitos trabalharem ali [...] (Villaça, 2001, p. 234).

Se havia alguma “região mais desvantajosa”, então seria aquela onde os melhoramentos urbanos fossem ausentes e as condições de transporte de pessoas, as piores. O fato é que, nos interstícios das chácaras e das áreas que começavam a ser dotadas de melhoramentos, entre a cidade e o arraial do Menino Deus, veio a se constituir, no final do século XIX, um dos “lugares da exclusão” de Porto Alegre, não obstante sua grande proximidade ao centro. Formou-se um segmento de cinturão pobre “em torno da ‘verdadeira’ cidade”, sendo “o espaço mais característico da estigmatização urbana [...] aquele designado por ‘Areal da Baronesa’” (Pesavento, 1999, [s. p.]). A autora refere-se à ausência de melhoramentos urbanos naqueles terrenos, próximos à foz do Riacho, “um reduto da mais extrema pobreza, com uma população majoritariamente negra”, em que a troca da designação original “arraial”

por “areal” dá-se “numa inversão semântica que induz ao conteúdo depreciativo: com suas socialidades condenadas, com sua malta de desordeiros e criminosos, o local não podia ser jamais um arraial [...] com suas socialidades simples e vida pacata” (Pesavento, 1999, [s. p.]). Outra área pobre e próxima, a Ilhota, um meandro formado pelo Riacho a montante, eventualmente transformado em ilha pela abertura de um canal que facilitava o fluxo das águas, “era de fato segregada, ‘ilhada’ do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra original” (Pesavento, 1999, [s. p.]).

Exposta a diferenciação socioespacial das porções ocupadas pela classe trabalhadora a norte e a sul, cabe agora examinar como problemas urbanos respectivos foram configurados pelo poder público municipal e, também, pelos novos atores no cenário local, os urbanistas.

MELHORAMENTOS URBANOS E DISCURSOS SOBRE TRABALHADORES, POBRES E MISERÁVEIS

Na Porto Alegre da primeira metade do século XX, saneamento e circulação estiveram imbricados no chamado “problema do saneamento”, específico de lugares ocupados pela população de mais baixa renda. Por saneamento, em sentido amplo, tanto se poderia entender o uso de medidas restritivas – fiscalização e repressão de cortiços e outras formas de moradia consideradas inadequadas – como positivas, com o estímulo à construção em áreas periféricas de maior altitude, seletivamente servidas por redes de água, ainda que carentes de redes de esgotamento sanitário. Esta seletividade justifica considerar os serviços domiciliares de saneamento como possíveis determinantes de uma estruturação parcial (ou da parcialidade da estruturação) intraurbana, seja por motivos econômicos, relacionados à capacidade de pagamento dos usuários dos serviços, seja por alguma política de classe.

Examinamos, de modo comparativo, os diferentes tratamentos aplicados pela municipalidade às áreas nas quais um “problema do saneamento” foi acusado nas gestões municipais de Otávio Rocha (1924-1928) e Alberto Bins (1928-1937), no que toca aos benefícios e beneficiários declarados e efetivos desses melhoramentos urbanos. Para referir-se a essas áreas, que requeriam intervenções mais complexas de drenagem pluvial e combate às

enchentes, não mais seria usada a expressão “saneamento da cidade”, que, nos relatórios do intendente José Montauray (1897-1924), designava as obras de abastecimento de água e esgotos cloacais, na área de ocupação mais consolidada. Esta última, obviamente, não foi *locus* de um “problema do saneamento”.

Iniciando pela porção da área urbana a norte do centro: por ser adjacente à rede de esgoto cloacal então existente, o intendente Otávio Rocha informou, em 1926, que pretendia estender esse serviço (Porto Alegre, 1926, p. 285). Contudo, no ano seguinte, Rocha relatou ao Conselho Municipal que existia apenas um anteprojeto da rede de esgoto cloacal em São João e Navegantes (Porto Alegre, 1927, p. 134). Já em 1929, o relatório de Alberto Bins informou que se podia “considerar saneada a zona urbana da cidade, exceção feita dos importantes bairros de S. João e Navegantes, cujas obras não pudemos ainda atacar, por depender sua execução de operações de crédito”. Bins mantinha como um dos objetivos de sua gestão o compromisso de “beneficiar **densa e laboriosa população de extensa zona industrial** que até agora vem justamente pleiteando um melhoramento que tão de perto diz com o seu conforto, com a sua comodidade e, principalmente, com a sua higiene” (Porto Alegre, 1929, p. 7, grifo nosso).

Quanto à área localizada ao sul do centro da cidade, não encontramos nos relatórios de Rocha e Bins qualquer menção à construção de esgotos cloacais. É certo que o bairro Menino Deus foi parcialmente beneficiado, achando-se concluída em 1929 uma rede que atendeu ao chamado “subsetor oriental”, ou seja, sua porção de mais altas renda e altitude (Porto Alegre, 1929, p. 7). Por sua vez, o “subsetor ocidental”, junto ao Guaíba e ao Riacho, não foi priorizado e, ao observar a planta respectiva no relatório de 1936, constatamos que a área em torno da Ilhota estava servida, mas a rede não chegava àquela área pobre.

Portanto, o único “melhoramento” efetivamente proposto para o Riacho foi a sua retificação e canalização. Além de já ter constado no Plano Geral de Melhoramentos de 1914, outros três projetos foram elaborados entre 1925 e 1935 (Faria; Paiva, 1938). Ao descrever o primeiro deles, que retificaria o Riacho a partir da ponte da Azenha, Otávio Rocha se referia à área de intervenção usando o senso comum e sem apresentar elementos factuais: “a situação da zona

que atravessa essa corrente de água é deveras lamentável [...] como toda a gente vê e deplora” (Porto Alegre, 1925, p. 64). O contraste era grande, portanto, com a qualificação abonadora que os intendentos davam à área e aos moradores a serem atendidos pelo saneamento em São João e Navegantes.

O tema das enchentes tornou-se bastante presente, pois a maior cheia até então, em 1928, atingiu fortemente tanto os bairros Navegantes e São João como o Menino Deus (figura 3). Não é surpresa que um item “proteção das enchentes” viesse a ser especificado em um programa de necessidades para o “plano geral”, cujo orçamento foi solicitado pela municipalidade ao urbanista Alfred Agache, em 1928, uma vez que sua visita a Porto Alegre ocorreu apenas dois meses após a enchente daquele ano (Professor..., 1928, p. 4). Nela, foram socorridas 21.288 pessoas no 4º Distrito, especialmente no bairro Navegantes, e 7.629, no 2º Distrito, área do Riacho (Porto Alegre, 1929, p. 393).

Figura 3 – Inundação da avenida Getúlio Vargas durante a enchente de 1936, em trecho próximo ao Riacho.



Fonte: Faria; Paiva (1938).

A grande enchente de 1928 pode explicar por que tanto o “saneamento de Navegantes-São João” como o “saneamento do Riacho”, não obstante suas muitas diferenças, passaram a ser tratados sob um mesmo título nos relatórios do prefeito de 1930 a 1932. Enquanto os primeiros seguiam sendo descritos como “populosos arrabaldes”, demandando atenção pelo “constante aumento da área de edificação [...] e às condições penosas a que sua população

está frequentemente exposta em épocas chuvosas” (Porto Alegre, 1930, p. 67), não havia qualquer informação que qualificasse o “problema do Riacho” – a propósito, não se nomeava um “problema de Navegantes-São João” –, nem por que seus moradores seriam merecedores da atenção da municipalidade. Nos relatórios do intendente (e prefeito, a partir de 1930), não havia sequer menção a moradores.

A situação do Riacho deixou de constar nos relatórios a partir de 1933, mesmo ano em que o saneamento de São João e Navegantes passou a ser equacionado sob a forma de um projeto de drenagem pluvial. As soluções então estudadas para a eliminação “total” das enchentes eram consideradas inexecutáveis, mas um paliativo foi proposto para as inundações causadas pelo fluxo das águas dos bairros localizados na mesma bacia, a montante. Assim, em 1935, o prefeito festejava a realização da obra que “eliminou [sic], completa e radicalmente, as inundações que, anteriormente, na situação em que se achavam os bairros, se davam na parte mais rica, isto é, na zona compreendida entre as ruas S. Pedro e travessa Azevedo”, de modo que “as demonstrações de regozijo dos moradores e associações dos dois bairros, são eloquentes provas dos benefícios da obra realizada pela Prefeitura” (Porto Alegre, 1935, p. 364-5). Esta citação denota que a primeira área beneficiada não era ocupada, predominantemente, por operários.

Os “inconvenientes” do Riacho voltaram a ser mencionados pelo prefeito em 1935, ocasião em que “o pior aspecto da questão” foi ampliado dos prejuízos imediatos que as inundações causavam aos moradores de suas proximidades para os “focos insalubres, inconvenientes, podemos dizer, à cidade” representados pelos “banhados marginais” do Riacho (Porto Alegre, 1935, p. 366).

Nos anos seguintes, os urbanistas Luiz Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva recuperaram os estudos anteriores e propuseram, a exemplo daqueles, a canalização do Riacho. A enchente de 1936, ainda que tenha sido menor que a de 1928³, pode ter influenciado a solução adotada

³ A enchente de 1928 atingiu 3,20 metros na régua do Cais do Porto. Ela seria excedida pela enchente de 1941, que atingiu 4,75 metros (Silva; Paiva, 1943, p. 46), a maior registrada, até ser superada pela enchente de 2024.

para o Riacho: retificado, de modo a diminuir o comprimento do curso d'água, e contido por diques paralelos, seria aumentada a velocidade de escoamento, medida necessária porque combinava “cheias próprias, provocadas pela grande queda pluvial” e “cheias provocadas pelo Guaíba, que represa as águas do Riacho” (Faria; Paiva, 1938, p. 159).

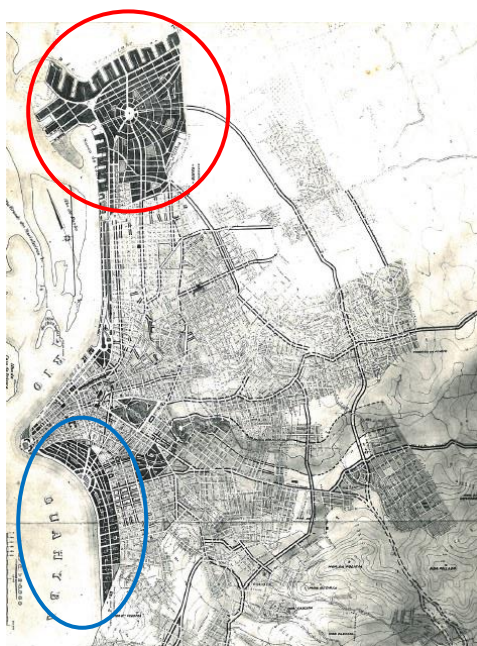
Contudo, diferentemente dos projetos anteriores, os urbanistas conceberam uma área de intervenção maior do que a das imediações do curso d'água (figura 4). Nela, para elevar a cota dos terrenos a um nível seguro, de modo a não serem atingidos pelas inundações, seriam necessários aterros de mais de um metro de altura. A própria descrição da ocupação existente nessa área dá mostras do que seria suprimido: “não convém levantar a maioria das construções, devido a serem de pouco valor” (Faria; Paiva, 1938, p. 171). Com efeito, os urbanistas enumeravam, entre os fatores que levaram em conta para a elaboração da proposta, o baixo custo das desapropriações e a “possibilidade de projetar um arruamento em boas condições técnicas, estéticas e econômicas” (Faria; Paiva, 1938, p. 168). Considerações econômicas mesclavam-se a um eloquente julgamento da insalubridade na área atingida:

[...] são imensos quarteirões em cujo interior se concentra denso mato e variadas espécies de animais daninhos. E isto a dois quilômetros do centro. Nessa zona, devido às condições apontadas, não existe nenhuma construção de valor, somente pardieiros, quase caindo, **habitados por uma população doente e miserável**, vivendo no lodo, no meio de detritos [...] **a insalubridade dessa zona é um perigo para o resto da cidade**, que, após cada cheia, sempre sofre um surto de epidemias [...] **a necessidade da extirpação desse mal** pelo saneamento e consequente higienização de toda a zona [possibilitará a] conquista dessa enorme área para a cidade [e com seu saneamento] teremos dado um imenso passo no sentido de transformarmos nossa cidade (Faria; Paiva, 1938, p. 158; grifo nosso).

Entre os motivos para afirmarem que tal local, “apesar de sua incomparável situação, envelheceu prematuramente”, estariam “a sua divisão defeituosa de quadras e, principalmente, [...] a sua difícil ligação com o centro” (Faria; Paiva, 1938, p. 92). Além disso, a decadência da área da Praia de Belas decorreria do “afastamento de funções urbanas”, para as quais os autores recorriam a uma analogia biológica: os “organismos básicos” de uma cidade, ou seja, “sua estrutura industrial e, concomitantemente, seu organismo bancário e

comercial” estavam posicionados longe, ao norte do divisor de águas que delimita, ao sul, o centro da cidade (Faria; Paiva, 1938, p. 93).

Figura 4 – Localização dos novos bairros propostos por Faria e Paiva: ao norte, “bairro industrial e operário”; ao sul, “novo bairro residencial”.



Fonte: Faria; Paiva (1938), com intervenção nossa.

Do modo como os autores apontavam, essas situações gerariam externalidades negativas, ou seja, o “problema do Riacho” passava a ser considerado um problema para a cidade. Estava clara a preocupação em “extirpar um mal” que poderia alastrar-se pelo “corpo” inteiro, mas que atingiria mais fortemente os “órgãos” mais próximos, ou seja, a nova vizinhança por eles proposta, sob a forma de um bairro residencial cujos sinais de prosperidade estavam declarados nos atributos de seu projeto – amplas áreas verdes, baixa densidade, comércio “de luxo” etc. Neste sentido, Faria e Paiva afirmavam que a implantação do novo bairro na Praia de Belas “extinguiria a Ilhota” (Faria; Paiva, 1938, p. 106), portanto, removeria a população de baixa renda. Não há qualquer menção ao destino de seus moradores e, a julgar pelas

descrições de Pesavento (1999), haveria pouca semelhança entre os moradores da Ilhota, ou do vizinho Areal da Baronesa⁴, e uma classe trabalhadora idealizada pelo partido no poder.

Assim, as extensões urbanas projetadas por Faria e Paiva, mostravam-se contrastantes (figura 4): ao norte, um “bairro industrial e operário” na Várzea do Gravataí estenderia os usos já existentes nos bairros vizinhos de Navegantes e São João; ao sul, contudo, a criação de um “novo bairro residencial” recairia sobre aterros ganhos ao Guaíba e sobre uma área já ocupada por uma população pobre e estigmatizada.

As obras de canalização do Riacho foram iniciadas na gestão de José Loureiro da Silva (1937-1943), mas não incluíram a realização da proposta de um bairro na Praia de Belas. Contudo, o urbanista Paiva manteve-se presente, tendo mesmo merecido o título de “colaborador” na obra cujo primeiro autor é o próprio prefeito, e que resume tanto os melhoramentos urbanos realizados como as iniciativas de uma campanha pelo urbanismo, denominada *Um Plano de Urbanização* (Silva; Paiva, 1943).

O exame do que se passou após 1937 permite entender quem foram os beneficiados pelas intervenções de saneamento em Navegantes e São João, e os da área do Riacho. O seguimento das obras de drenagem nos primeiros foi realizado com recursos da mesma operação de crédito que viabilizou a abertura da avenida Farrapos (Dia 17 de Abril..., 1941, p. 196), aquela que é, até hoje, uma das principais vias de acesso ao centro da cidade. Ainda que Alberto Bins tivesse afirmado, em 1935, que as primeiras obras haviam eliminado “completa e radicalmente” as enchentes, elas obviamente persistiram, mantendo-se sua solução como uma das “obras de absoluta necessidade” que “estava a cidade a exigir”, no início da nova gestão, no Estado Novo.

As obras de drenagem foram concluídas e, em 1941, os “moradores do 4º Distrito” prestaram “expressiva homenagem ao dr. Loureiro da Silva” pelos “importantes melhoramentos”

⁴ Uma parte do Areal da Baronesa resiste até o presente, reconhecendo-se como um quilombo urbano (https://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p_secao=74).

naqueles “bairros operários por excelência”. Conforme foi noticiado pelo *Boletim Municipal*⁵, o banquete foi oferecido por um industrial, Guido Mondin, “em nome dos manifestantes” e, em seu agradecimento, o prefeito afirmou que

São João e Navegantes ocupam lugar de destaque na vida econômica de Porto Alegre pois seus 1.500 estabelecimentos fabris e industriais, com mais de 85 mil contos de capital, contribuíam com cerca de 4.000 contos anuais para os cofres do Município, ou sejam 10% do total geral da arrecadação municipal (Dia 29 de Março..., 1941, p. 191).

Ainda que o prefeito terminasse seu discurso “enaltecendo o trabalho dos moradores do 4º Distrito” e dissesse que “eles constituem parcela valiosa do esforço econômico porto-alegrense”, a passagem acima denota ter sido mais o “destaque na vida econômica” do que o “trabalho dos moradores”, o motivo pelo qual as obras foram realizadas. A citação a seguir é esclarecedora quanto a serem os proprietários de imóveis os grandes beneficiários da valorização advinda das obras, pois, em reunião do Conselho do Plano Diretor, assim se referia o prefeito:

[h]á pouco, por ocasião do **banquete que me ofereceram os proprietários de São João e Navegantes**, tive oportunidade de compulsar dados interessantes sobre a referida zona. Vamos dar de barato que o metro quadrado em São João custasse 20\$000. Com o saneamento e abertura da avenida Farrapos, saneamos naquela área 2.500 hectares, por consequência 25 milhões de metros quadrados. Se a valorização do metro quadrado fosse de 7\$500, essa valorização seria no seu total de 170 mil contos. Note-se que a valorização foi superior a 7\$500 (Silva; Paiva, 1943, p. 203; grifo nosso).

As canalizações pluviais em São João e Navegantes foram complementadas por obras de defesa contra as enchentes do Guaíba, estas a cargo do governo federal, compreendendo um dique em cota mais elevada, marcada pela grande enchente de 1941 (Silva; Paiva, 1943, p. 95). Essas obras seguiram um projeto previamente elaborado, que somente muito mais tarde seria concluído⁶.

⁵ O Boletim Municipal foi a principal fonte de informação sobre as realizações urbanísticas das gestões municipais de 1937 até 1947. Conforme Souza e Almeida (2012), ele aludiria às cartilhas da Divisão de Imprensa e Propaganda de Vargas.

⁶ Sua execução apenas se completaria na década de 2000, com a construção de um conduto forçado na rua Álvaro Chaves, para drenar as águas pluviais da parte alta da bacia contribuinte.

Os objetivos de valorização imobiliária também estiveram presentes na canalização do Riacho, para a qual foi escolhido, a exemplo da avenida Farrapos e de outras obras, o traçado que implicasse nos menores custos de desapropriação⁷. Na mesma reunião do Conselho do Plano Diretor em que comentou sobre o saneamento de São João e Navegantes e a abertura da avenida Farrapos, o prefeito afirmou que a valorização se estendia a outras partes da cidade, já beneficiadas pelas obras de sua gestão, e informou que a obra do Riacho “vai se pagar a si mesma, calcada na venda dos terrenos marginais” (Silva; Paiva, 1943, p. 197). Por ocasião das desapropriações, previu-se um superávit, mas o prefeito não fez qualquer menção a eventuais ganhos para os proprietários que tivessem terrenos remanescentes na área do Riacho.

Ou seja, ao tratar de São João e Navegantes, foi destacado o benefício *econômico* da valorização proporcionada aos proprietários particulares, enquanto para o Riacho, cujos terrenos marginais passaram a constituir um “enorme capital” em mãos da prefeitura (Silva; Paiva, 1943, p. 197), imperou uma lógica de viabilidade *financeira* para uma obra realizada pelo poder público.

Portanto, as intervenções feitas durante a gestão de Loureiro da Silva na área do Riacho não trariam aos proprietários ou moradores os mesmos benefícios que receberam os de São João e Navegantes. Para além de considerações de ordem econômica ou financeira, um motivo para isso estava claro no discurso do prefeito, no qual ainda estavam explícitos os ecos do higienismo. Na sexta reunião do Conselho do Plano Diretor, em 15 de março de 1940, para justificar a canalização do Riacho e informar sobre o decreto de desapropriação de uma área para sua retificação, Loureiro da Silva afirmou que

[...] em suas redondezas há uma população de 12 mil habitantes. Em geral, esta população é pobre, trabalhadora, vivendo à mercê das enchentes periódicas. Não só no sentido humano e social, mas no sentido da saúde pública, da urbanização, devem estas obras ser atacadas, porque ali perto há banhados **que infetam a cidade de mosquitos e miasmas de toda natureza**, assim como há abundância de águas estagnadas (Silva; Paiva, 1943, p. 166: grifo nosso).

⁷ Demonstrando a aderência que havia entre as intervenções urbanísticas em Porto Alegre e sua inspiração no plano de Agache para o Rio de Janeiro, a mesma estratégia já havia sido por ele proposta, de modo a atingir prédios predominantemente baixos e de modesta arrecadação de imposto (Fridman, 2007, p. 84).

Não encontramos a mesma associação nos discursos sobre Navegantes e São João, de modo que somente a área do Riacho seria foco de “miasmas”. Assim, o problema do saneamento extrapolava os aspectos técnicos de sua solução. Mais que isso, o *discurso do saneamento* mostrava-o como uma categoria complexa, podendo assumir um ou mais destes significados: (i) coadjuvante e facilitador da circulação e, portanto, das atividades econômicas (valor de uso); (ii) decorrente do primeiro, um fator de valorização da propriedade imobiliária (valor de troca); (iii) eliminador de estoques construídos envelhecidos e/ou obsoletos e, portanto, viabilizador de novas acumulações de capital no ambiente construído pela homogeneização e derrubada de barreiras físicas; (iv) eliminador de focos de (supostas) contaminações, atrelado a um paradigma higienista arcaico; e (v) decorrente do anterior, deslocador de populações de baixa renda de localizações centrais para áreas periféricas.

A mudança de escala do “problema do Riacho” no pós-1930, quando seus incômodos deixariam de ser imediatos e passariam a atingir, alegadamente, a *cidade*, exige levar em consideração, portanto, representações que muito recorreram a imagens fortes, emitindo-as como *convocação dos afetos* de frações mais amplas da sociedade, de modo a obter um consenso para as referidas obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os discursos e as práticas de saneamento no contexto estudado, notamos a presença de um viés, sugerida pela insistência no uso da analogia biológica, mantendo-se a metáfora do “organismo”, que vinha desde os higienistas e chegou aos primeiros trabalhos dos urbanistas porto-alegrenses Paiva e Faria. E também há outro viés, que reside na associação da precariedade da moradia dos mais pobres à insalubridade, à mortalidade, à promiscuidade e à imoralidade.

O modo como essa associação era corrente e reiterada no contexto local sugere a presença de um argumento lógico, ou seja, de um *silogismo*. Podemos analisar esse argumento fazendo uso de uma representação lógica como a sugerida por Howard Becker, contendo

[uma] *premissa maior*, que enuncia uma verdade geral já aceita [...], [uma] *premissa menor*, que enuncia um fato particular também aceito [...], e [uma] conclusão, enunciado que se segue ao fato de que a premissa menor é um caso especial da – e portanto está incluído na, ou coberto pela – verdade geral enunciada pela premissa maior (Becker, 2011, p. 190; tradução livre; grifo no original).

No caso em tela, uma premissa maior, por exemplo, “as más condições de habitação correlacionam-se à insalubridade, à mortalidade, à promiscuidade e à imoralidade”, era certamente aceita como “verdade geral” não só em Porto Alegre, mas em todos os lugares onde a “universalidade” de pesquisas feitas nos países mais industrializados e detentores do saber especializado se fizesse sentir. Uma premissa menor, válida para o contexto local, poderia enunciar que “os miseráveis vivem em más condições de habitação nas áreas alagadiças como a do Riacho”. Logo, uma conclusão seria que “*os miseráveis das áreas alagadiças de Porto Alegre convivem com a insalubridade, a mortalidade, a promiscuidade e a imoralidade*”. A aceitação tácita de uma premissa maior teria determinado que “miseráveis” e “más condições de habitação” fossem tomados como equivalentes, ou seja, que fossem *reificados* o miserável e a miséria num *habitat* específico.

Tal *habitat* compreendia a área do Riacho, mas não incluiu outras áreas insalubres e que registravam as mesmas doenças. Conforme o urbanista Paiva apurou no *Expediente Urbano*, diagnóstico que elaborou como insumo ao plano diretor de Porto Alegre, haveria “grande número de casos” de tuberculose “contraídos não na residência, mas nos sítios de trabalho”, incluindo o centro comercial da cidade que, “com sua grande densificação, horrível loteamento e más condições de insolação e aeração, respondem, em grande parte, pelo grande número de casos” daquela doença (Paiva, 1942, p. 98). Contudo, somente o vale do Riacho sofreria uma intervenção da municipalidade, que culminou com a expulsão quase que total de sua população.

Mesmo que já houvesse meios que pudessem falsear uma teoria arcaica como a dos miasmas, poderia faltar *vontade científica* àqueles que teriam a capacidade para fazê-lo, mas que, talvez, abririam mão dessa faculdade frente à obediência à doutrina positivista que atravessava o campo profissional ou à própria lealdade aos chefes políticos, também

positivistas⁸. O *espírito científico* estaria, portanto, circunscrito tanto por julgamentos de ordem moral, como os que associavam a insalubridade à promiscuidade, como pela esfera estatal, que aplicaria os mesmos julgamentos na política pública.

A formulação de problemas urbanos, portanto, uma combinação de *saber* e *poder*, exigiria a ação conjunta do campo profissional e do Estado. Um “problema do Riacho” somente apareceu nos relatórios oficiais após a enchente de 1928. Sete anos depois, a menção do prefeito aos “banhados marginais” e aos “focos insalubres, inconvenientes, podemos dizer, à cidade” (Porto Alegre, 1935, p. 366) denotava que o “problema”, ao ganhar uma escala maior, se convertia em “ameaça”. Por sua vez, a descrição de seus moradores, publicada em 1938 pelos urbanistas Faria e Paiva, associava uma “população doente e miserável” à “insalubridade dessa zona [que] é um perigo para o resto da cidade” (Faria; Paiva, 1938, p. 158), em uma reiteração local da “verdade” da conclusão de um silogismo, que não questionava uma premissa maior.

A nomeação e divulgação dos problemas urbanos e das definições do pobre e do miserável, bem como uma atribuição precisa de sua localização, poderiam contribuir para um consenso. Dentre os moradores das áreas inundáveis, o *miserável* passaria a ser associado majoritariamente à “ameaça” que representaria para a sociedade. Por sua vez, as famílias pobres ou humildes – mas não as “doentes e miseráveis” – seriam ditas *prósperas* se conseguissem poupar uma parte de seus (parcos) salários para adquirir terrenos “salubres” em lugares mais altos e livres das enchentes, e lá construir suas casas, não importando que elas fossem modestas e faltassem diversos melhoramentos presentes nas áreas mais centrais.

Com efeito, a recorrência das enchentes viria a empurrar os trabalhadores pobres do 4º Distrito para os novos bairros ao norte da cidade, “salubres” ou não, tanto que, como visto, parte deles foi atingida pela enchente de 2024. Já a população “miserável” das áreas do

⁸ Vale lembrar que o positivismo então dominante punha ênfase na visão – mas não havia microscópios suficientemente potentes para constituir alguma evidência das formas de contágio. A priorização do observável seria a própria “razão da não busca por causas mais fundamentais das mazelas urbanas” (Nygaard, 2005, p. 116).

Riacho, Praia de Belas e Menino Deus foi alvo de um processo ativo de expulsão para a periferia da cidade, advindo das obras públicas contra as enchentes, e concomitante substituição por população mais afluyente.

Para concluir, é preciso observar que a possibilidade de saída das áreas inundáveis dependeu de dispor de atributos de racionalidade para a “conquista” da casa própria nos novos bairros, em um contexto no qual o pensamento prospectivo, a disciplina e o autocontrole foram sobrevalorizados por um projeto político de modernização que mirou somente uma fração da classe trabalhadora (Pesavento, 1988; Fortes, 2001). Ela, uma vez “integrada” às “classes conservadoras”, dificilmente viria a contestar a própria hegemonia segundo a qual seu ingresso havia sido aceito, ainda enquanto operariado ou, talvez, na nascente classe média da Porto Alegre de meados do século XX.

REFERÊNCIAS

Bairros mais pobres foram os mais atingidos por enchentes no RS; veja mapas. Universo On Line. 16 de maio de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/16/bairros-mais-pobres-foram-mais-atingidos-pelas-enchentes-no-rs-veja-mapas.htm>. Acesso em 26 de junho de 2024.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2013.

BECKER, Howard S. **Trucos del oficio: cómo conducir su investigación en ciencias sociales**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999 [1924].

Dia 29 de Março – Os moradores do 4º Distrito – São João e Navegantes – prestam expressiva homenagem ao Dr. Loureiro da Silva. Boletim Municipal, Porto Alegre, v. IV, n. 7, pp. 190-191, jan./abr. 1941.

Dia 17 de Abril – teve lugar, à noite, no salão nobre da prefeitura municipal, a 10ª reunião do Conselho do Plano Diretor. Boletim Municipal, Porto Alegre, v. IV, n. 7, pp. 193-210, jan./abr. 1941.

FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira. **Contribuição ao estudo da urbanização de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1938.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. **Cartografia virtual histórica-urbana de Porto Alegre**. Porto Alegre: IHGRS, 2005. 1 CD-ROM.

KRAUSE, Cleandro. **O consenso na prosperidade: melhoramentos urbanos, urbanismo e a estrutura intraurbana em Porto Alegre, 1897-1937**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Sulina, 1968.

MULHALL, Michael George. **O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs**. Porto Alegre: Bels, 1974 [1873].

Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul. Observatório das Metrôpoles. 23 de maio de 2024. Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em 26 de junho de 2024.

NYGAARD, Paul Dieter. **Planos diretores de cidades: discutindo sua base doutrinária**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PAIVA, Edvaldo Pereira. **Expediente urbano de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1942.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, sem páginas, set. 1999. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 26 dez. 2018.

PORTO ALEGRE. **Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre: junho a dezembro de 1892, janeiro a dezembro de 1893**. Porto Alegre: A Federação, 1894.

_____. **Ato n. 33, 09 dez. 1901. Anexa ao 3º Distrito a zona do quarto abrangida por ambos os lados da estrada do Meio etc.; estabelece a sede do distrito no arrabalde S. João**. Legislação Municipal. Porto Alegre: Câmara Municipal, maio 1897 / dez. 1908. pp. 140-141.

_____. **Ato n. 118, 02 jan. 1915. Cria mais um distrito policial e altera a numeração dos existentes atualmente**. Legislação Municipal. Porto Alegre: Câmara Municipal, mar. 1909 / dez. 1916. pp. 423-425.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Engº. Otavio Francisco da Rocha, em 15 de outubro de 1925**. Porto Alegre: A Federação, 1925.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Engº. Otavio Francisco da Rocha, em 15 de outubro de 1926**. Porto Alegre: A Federação, 1926.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Engº. Otavio Francisco da Rocha, em 15 de outubro de 1927**. Porto Alegre: A Federação, 1927.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Alberto Bins, em 15 de outubro de 1929**. Porto Alegre: A Federação, 1929.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Alberto Bins, em 15 de outubro de 1930 (introdução)**. Porto Alegre: A Federação, 1930.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General José Antônio Flores da Cunha, D. D. Governador do Estado, pelo prefeito Alberto Bins, em 20 de dezembro de 1935**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

_____. **Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**; v. 3. 2ª edição. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 1996.

Professor Agache - Como havíamos noticiado... A Federação, Porto Alegre, 20 nov. 1928. p. 4.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano Geral de Viação do Estado. Bases para apreciação geral.** Porto Alegre: A Federação, 1931.

SILVA, José Loureiro da; PAIVA, Edvaldo Pereira. **Um Plano de Urbanização.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943.

SOUZA, Celia Ferraz de. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade.** 2ª edição. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

SOUZA, Celia Ferraz de; ALMEIDA, Maria Soares. **Modernidade e autoritarismo: urbanismo em tempos ditatoriais: Porto Alegre, 1937-1945.** In: REZENDE, Vera F. (org.) Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Ed. UFF e Intertexto, 2012. pp. 197-231.

SOUZA, Celia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

STROHAECKER, Tânia Marques. **Atuação das companhias de loteamento em Porto Alegre (1890-1950).** In: ERPEN, Juliana (org.). Do manuscrito ao registro eletrônico: 150 anos do Registro de Imóveis de Porto Alegre. Porto Alegre: Registro de Imóveis 1ª Zona, 2015. pp. 60-80.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp/ Lincoln Institute, 2001.

Fontes de arquivos históricos

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho (AHPAMV)

- Construção e Melhoramentos do Município (1853-1900)
- Livros de Registros de Construções (1928-1936)
- Livros do Lançamento do Imposto Predial (1909-1933)

Museu de Porto Alegre José Felizardo (MPAJF)

- Acervo da Fototeca Sioma Breitman